



EDITORIAL

0,1% é desrespeito supremo

Foto: Leonor Costa



BRASÍLIA Lançamento reuniu mais de 500 servidores públicos federais

No último dia 15, foi lançada a campanha salarial dos servidores públicos federais em todo o país. Os eixos tirados na plenária nacional, que reuniu cerca de 500 servidores, incluem, além do reajuste linear imediato, a luta pela correção de distorções e a reposição das perdas salariais de janeiro de 1995 a abril de 2005, juntamente com o estabelecimento de diretrizes para planos de carreira, devido a negociação de Planos de Cargos e Salários ou de Carreiras entre algumas categorias e o governo.

Na reunião do dia 23, entre representantes dos servidores e do Ministério do Planejamento, o governo anunciou que não pretende conceder reajuste linear, mas valorizar o reajuste por categoria. É certo que nós, servidores do Judiciário Federal, estamos negociando com o Supremo Tribunal Federal um novo Plano de Cargos e Salários. Porém, não podemos abrir mão de lutar por uma política que garanta o reajuste linear. O PCS é necessário para corrigir as distorções e valorizar a carreira,

mas tem que ser acompanhado de uma política de reposição salarial ou sofrerá, a cada ano, desvalorização considerável.

Também não podemos aceitar o argumento do governo de negociar somente por categoria. Nós fazemos parte do grupo dos servidores federais, que está há dez anos sem uma política de reposição salarial. Dividir esse segmento para negociar exclusivamente por categoria é uma tentativa de esfacelar a organização dos servidores federais. Como essa política interessa ao governo, mas não aos servidores, devemos nos unir às demais categorias para obter o reajuste linear e a política de reposição salarial.

Essa é uma luta de dez anos e sua conquista dependerá da nossa capacidade de união e vontade de lutar. Vamos repudiar o vergonhoso anúncio de 0,1% feito pelo governo Lula, que prometeu durante a campanha eleitoral que os servidores não acumulariam perdas, e exigir nossas justas reivindicações por meio de ampla mobilização. A campanha está lançada. Vamos à luta!



nesta edição

Cobertura completa do lançamento da campanha salarial | página 3



brasil

ONU critica acesso à Justiça

Resultado de uma visita de duas semanas ao Brasil em outubro do ano passado, a Organização das Nações Unidas divulga, no começo de abril, relatório sobre a situação do poder judiciário no país. O relator oficial da ONU, o argentino Leandro Despouy, demonstrou preocupação especialmente com a falta de acesso à Justiça. Para o relator, a exclusão social e econômica é a principal causa desse problema.

“Grande parte da população, por razões de ordem social, econômica, cultural ou de exclusão, se vê impedida de ter acesso à prestação judicial”, escreveu Despouy. Até mesmo o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Sérgio Renault, admitiu ao jornal carioca O Globo, no final de março, que não há nenhum exagero nas observações do relator.

Outro importante entrave, a lentidão da Justiça se deve, segundo Despouy afirmou em outubro, ao

grande número de casos que chegam às altas cortes em vez de serem solucionados em instâncias inferiores. A violência contra crianças e adolescentes, em especial no Norte e Nordeste, também foi destacada pelo representante, que agora apresenta o relatório final à Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A pequena participação de mulheres, negros e índios em cargos altos da magistratura foi criticada. Atitudes preconceituosas e machistas foram ressaltadas pelo relator, que destacou o caso de um juiz que julgou a exploração sexual de uma adolescente de 14 anos e afirmou, na sentença, que ela já não era virgem e poderia se defender do agressor caso quisesse.

Despouy, que participou de 60 encontros em Brasília, São Paulo, Belém, Recife e Porto Alegre e ouviu cerca de 500 pessoas, critica o nepotismo e a pouca transparência dos critérios para promoção de juízes. Por fim, aponta a falta de acesso dos



integrantes de movimentos sociais à Justiça, lembrando que 95% dos casos de assassinatos de trabalhadores rurais no Pará entre 1985 e 2001 não foram esclarecidos.

Apesar de ser favorável a alguns pontos da reforma do Judiciário, como a súmula impeditiva de recursos e o controle externo, o relator acredita que tal reforma não

será suficiente para resolver os problemas da Justiça. Ele recomenda, dentre outras medidas, a criação de defensorias públicas e de tribunais para crimes contra as crianças.

Com informações dos jornais O Globo, Folha Online e Valor Econômico, da revista Consultor Jurídico e da Agência Câmara

Charge: Getty Images Royalty Free

FESTA

Sindicato integra antigos e novos servidores

Servidores do Judiciário Federal participaram de uma festa de boas-vindas promovida pelo sindicato, no último dia 18. Junto com os servidores veteranos e os diretores do Sintrajuf, eles curtiram um coquetel regado a música ao vivo e receberam panfletos sobre a campanha salarial, com os dizeres “0,1%: É isso que você quer?”. Os mais ousados arriscaram até uma cantoria. Sejam bem-vindos!

TRIBUNAIS

Presidentes tomam posse

Os Tribunais Regionais Federal e Eleitoral estão com novos desembargadores em sua presidência desde o último dia 30. No TRF, Francisco Queiroz Cavalcanti substituiu Margarida Cantarelli e no TRE, Eloy D’Almeida Lins entra no lugar de Antônio Camarotti.

O sindicato já

agendou em cada regional reunião com os presidentes para tratar de assuntos de interesse dos servidores. Nesse momento de mudança na administração, vamos acompanhar as nomeações a serem realizadas, pois o número de requisitados não pode ultrapassar o percentual previsto na lei 10.475/2002 (PCS).

CAMPANHA SALARIAL

Este “aumento” desce mal!

Desde março, a campanha salarial dos servidores públicos federais já começou. Em Brasília, houve reunião ampliada da Fenajufe no dia 14 e plenária nacional dos servidores de diversas categorias filiadas à Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (Cnesf) no dia 15 para deliberar sobre o assunto. A idéia era elaborar uma pauta unificada de reivindicações coletivas para apresentar ao governo federal, repudiando a proposta absurda de reajuste salarial de 0,1%.

O Sintrajuf foi representado pelos diretores Argissa Pereira e Benedito Moura, eleitos delegados em assembléia geral no sindicato, em 10 de março. Naquela ocasião, os servidores pernambucanos também aprovaram o reajuste emergencial referente à correção desde 1998, de 61%. Foi nesse ano que o Supremo Tribunal Federal publicou decisão referente à concessão de revisão anual dos vencimentos aos servidores públicos.

No entanto, na reunião ampliada, a maioria dos sindicatos filiados à Fenajufe defendeu a reposição emergencial dos índices da inflação referentes ao governo Lula, de 18%, sem deixar de lado a reposição posterior das perdas históricas. Na pauta específica do Judiciário Federal e do Ministério Público da União está também a importância da revisão do Plano de Cargos e Salários, em negociação no Supremo Tribunal Federal e Ministério Público da União.

A ampliação da liberação de dirigentes

sindicais, a garantia da data-base em 1º de maio, a redução de juros, a suspensão do pagamento da dívida externa e o repúdio à resolução aprovada no Conselho de Justiça Federal sobre regulamentação da greve foram outros pontos aprovados na reunião ampliada e levados a conhecimento das outras categorias.

A plenária da Cnesf, por sua vez, contou com a participação de mais de 500 servidores federais, entre delegados e observadores. Foram deliberadas a definição de uma política salarial para o funcionalismo, a elaboração de diretrizes de planos de carreira, a reposição das perdas salariais, a paridade entre ativos e aposentados, a reconstrução do serviço público e a oposição à reforma sindical do Fórum Nacional do Trabalho.

Apesar de a maioria das entidades terem defendido o reajuste emergencial de 18% – a ser concedido imediatamente, referente à inflação do governo Lula – atrelado à correção das distorções e reposições das perdas salariais, algumas ainda não tinham posição definida. Por isso, o índice ficou a ser definido posteriormente.

Após a plenária, outros servidores se juntaram ao grupo e realizaram ato público em frente ao Ministério do Planejamento. “Nós vamos à luta contra a proposta de reajuste de 0,1%, unindo todos os trabalhadores do setor público. Na verdade, essa proposta é uma tentativa do governo de fraudar o direito líquido e certo de reajuste geral para o servidor público”, denunciou o diretor da Fenajufe Rogério Fagundes.

Eixos da campanha salarial 2005

- » Rejeição do reajuste de 0,1%
- » Definição de uma política salarial com correção das distorções e reposição das perdas salariais de janeiro de 1995 a abril de 2005
- » Diretrizes de Plano de Carreira
- » Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- » Piso salarial do Dieese
- » Concurso público
- » Reconstrução do serviço público
- » Contra a reforma sindical do FNT

Paralelamente ao ato, uma comissão de dirigentes das entidades nacionais se reuniu com o ministro do Planejamento, Nelson Machado (recentemente substituído pelo deputado federal Paulo Bernardo, do PT-PR), para entregar a pauta de reivindicações da campanha salarial.

A Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) publicou, em 3 de março, nota oficial de apoio à campanha salarial do funcionalismo, opondo-se ao percentual de 0,1% de reajuste linear proposto pelo governo. O documento frisou a “necessidade urgente de iniciar as negociações para a campanha salarial de 2005, além de restabelecer o funcionamento regular da mesa nacional de negociações”. Em Pernambuco, o lançamento da campanha salarial foi marcado por um ato público na Praça do Diário,

com a participação do Sintrajuf.

Negociação – No último dia 23, foram retomados os trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente, composta por representantes dos servidores públicos federais e do governo, na sede do Ministério do Planejamento. Coordenou a mesa o secretário de recursos humanos do ministério, Sérgio Mendonça. Entidades que compõem a Cnesf, entre elas a Fenajufe, apresentaram suas reivindicações.

O anúncio do vergonhoso reajuste linear de 0,1% foi contestado pelos servidores junto ao representante do governo. Mendonça defendeu que o percentual foi divulgado apenas para cumprir uma formalidade exigida pela Constituição Federal pois, segundo ele, a política do governo é de reajuste diferenciado para as categorias.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC Paralela aprovada na Câmara

Após um ano de tramitação, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda à Constituição 227/2004, a chamada PEC Paralela da reforma da Previdência, no último dia 16. A matéria inclui medidas que não conseguiram obter acordo na época da votação da PEC 40/2003 (emenda constitucional 41/2003), que modificou o sistema previdenciário do funcionalismo.

Houve um acordo entre os deputados que permitiu a conclusão da votação em primeiro e segundo turnos sem observar o intervalo regimental de cinco sessões entre eles. Agora, o Senado vai analisar as alterações realizadas pela Câmara. Se for aprovada em dois turnos, a PEC será promulgada pelo Congresso Nacional e terá vigência retroativa a 31 de dezembro de 2003, data de publicação da EC 41/2003.

O texto aprovado pela Câmara, dentre outras

alterações, traz a possibilidade de redução em um ano da idade mínima (60 anos para homem e 55 para mulher) para cada ano pago além do tempo mínimo de contribuição (35 anos para homem e 30 para mulher). Tal alteração se refere apenas ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998.

Por unanimidade entre os 369 deputados presentes, ficou definido que atuais servidores e pensionistas portadores de doença incapacitante somente terão a contribuição previdenciária descontada da parcela dos seus vencimentos que exceder o dobro do benefício máximo pago pelo Regime Geral de Previdência Social, ou seja, R\$ 5.016 (o dobro dos atuais R\$ 2.508).

A PEC Paralela agora tramita no Senado sob o número 77/2003, voltando à casa onde foi concebida em decorrência da pressão dos trabalhadores para amenizar os efeitos da Reforma da



VOTAÇÃO Acordo garantiu aprovação da PEC Paralela na Câmara

Previdência sobre os funcionários públicos. O Senado colocou essa PEC como uma condição para aprovar a EC 41/2003, da reforma da Previdência.

Apesar de a PEC Paralela atenuar a reforma, ela ainda não é uma proposta adequada aos interesses dos trabalhadores. Por isso, na última assembleia geral do Sintrajuf, no dia 19, foi aprovada a proposta da diretoria de lutar pela reversão da reforma da Previdência. Só

assim os servidores públicos federais podem ter garantido seu direito a uma aposentadoria pública, integral e sem desconto previdenciário.



na internet

Redação final da PEC Paralela no site do Sintrajuf

www.sintrajufpe.org.br

PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

Fenajufe apresenta propostas da reunião ampliada ao STF

Os diretores da Fenajufe e representantes dos servidores na Comissão Interdisciplinar do Supremo Tribunal Federal, Ramiro López e Roberto Policarpo, se encontraram no último dia 18 com o Diretor-Geral do STF, Miguel Fonseca, para entregar a proposta de alteração ao anteprojeto de revisão do Plano de Cargos e Salários, aprovada na reunião ampliada dos dias 26 e 27 de fevereiro.

Eles explicaram

detalhadamente as sugestões dos servidores, lembrando que a proposta foi debatida com mais de 90 diretores de entidades do Judiciário Federal. Informamos na edição de março do **Jornal do Sintrajuf** os principais pontos exigidos pelos trabalhadores. Tanto a matéria sobre o assunto quanto a íntegra das reivindicações da reunião ampliada podem ser conferidas no site do sindicato.

Fonseca reafirmou os

pontos acordados anteriormente: paridade entre ativos e aposentados, adicional de qualificação, criação da Gratificação de Atividade Externa (GAE) para os oficiais de justiça e da Gratificação de Agente de Segurança (GAS) e manutenção do cargo de auxiliar judiciário. Além disso, comprometeu-se a levar a proposta dos servidores para a próxima reunião de diretores dos tribunais superiores.

Erramos

Ao contrário do que foi publicado na edição de março do **Jornal do Sintrajuf**, o Sintrajuf foi representado pelo diretor Lúcio Vanderlei e não pelo diretor Benedito Moura na reunião ampliada da Fenajufe para tratar da reestruturação do Plano de Cargos e Salários. Pedimos desculpas aos diretores e aos leitores pelo equívoco.

 sindicalismo

Reforma sindical em questão na Plenária Estadual da CUT

Foto: Arquivo Sintrajuf



ASSEMBLÉIA Problemas da reforma sindical do Fórum Nacional de Trabalho foram o principal tema do debate

Como evento preparatório para a 11ª Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acontece em São Paulo de 10 a 13 de maio, a CUT Pernambuco realiza a 10ª Plenária Estadual, de 14 a 16 de abril. O Sintrajuf será representado pela presidente Kátia Saraiva, eleita delegada em assembléia geral em 19 de março, na sede do sindicato.

O encontro nacional vai contar com a participação de entidades cutistas de todo o Brasil e tratar da seguinte pauta: conjuntura nacional e internacional, balanço da atuação da CUT, estrutura sindical e relações de trabalho, políticas permanentes, reforma da educação, recomposição da direção executiva nacional, estatuto, finanças, plano de lutas e convocação do 9º congresso nacional.

A plenária foi

convocada graças ao esforço de alguns sindicatos para tentar modificar a posição da CUT em relação à reforma sindical. A assembléia do Sintrajuf aprovou Emenda Substitutiva Global opondo-se à reforma proposta pelo Fórum Nacional de Trabalho, que ameaça a liberdade sindical e delega poder para as cúpulas, ignorando a soberania das assembléias de base.

A emenda defende que sejam observadas as deliberações do Congresso da CUT de 2003, ou seja, que os pré-requisitos para a reforma sejam a revogação das medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas herdadas do governo de Fernando Henrique Cardoso, o fim da perseguição aos dirigentes sindicais, a manutenção da ultratividade das convenções coletivas – segundo a qual, se não há acordo entre patrões e

empregados, prevalece a convenção anterior – e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Além disso, exige a ampliação dos direitos sindicais e trabalhistas, sob os seguintes eixos: liberdade e autonomia sindical (convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho), soberania das assembléias de base, livre filiação dos sindicatos à CUT, garantia plena dos direitos trabalhistas e do direito de greve e garantia dos direitos sindicais dos servidores públicos (convenção 151 da OIT).

“Por tudo isso, a Plenária Nacional da CUT deve retirar o apoio da central a essa proposta de Reforma Sindical, que ataca as bases históricas sobre as quais a CUT se construiu e abre as portas para a flexibilização dos direitos trabalhistas”, defende

o documento. A proposta aprovada pela assembléia será encaminhada à Plenária Estadual da CUT.

Plano de lutas – Além do ponto primordial da reforma sindical, foram aprovadas por unanimidade as propostas da direção para integrar o plano de lutas: reforma agrária imediata, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, revogação da reforma da Previdência, contraposição ao projeto de lei que privatiza florestas brasileiras (PL 4776/2005), organização eficaz da CUT na campanha salarial dos servidores públicos federais e aumento do salário mínimo pelo índice do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Também foi unânime a decisão de encaminhar a moção de repúdio contra a resolução do Conselho de Justiça Federal sobre a regulamentação do direito de greve, conforme aprovada na reunião ampliada da Fenajufe do último dia 14. A resolução 419 do CJF, de 8 de março, estabelece procedimentos administrativos em caso de paralisação do serviço no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. A moção alerta que a resolução é “um ataque aos trabalhadores, (...) pois impõe limites ao movimento paredista consagrado na Constituição Brasileira e normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”.



jurídico

PSS sobre 13º salário

Em relação ao processo 2001.83.00.000425-3, da 9ª Vara Federal, sobre abstenção de desconto do abono pecuniário, o sindicato interpôs recurso especial sob o número 731132, autuado no Superior Tribunal de Justiça no último dia 17. Está concluso ao ministro relator Teori Albino Zavascki, da Primeira Turma, desde o dia 22.

Execução dos 11,98%

Apesar de todos os tribunais já terem pago a correção monetária da URV (11,98%), falta ainda o pagamento dos juros. Por esse motivo, os processos cujo objeto são os 11,98% continuam tramitando.

O processo número 97.0011719-7, da 6ª vara federal, encabeçado por Elisia Cajaseiras Felix, do grupo do TRE, teve sua execução iniciada. Após a apresentação dos cálculos elaborados pelo contador, o processo se encontra concluso para despacho do juiz desde o último dia 22.

Por sua vez, no processo encabeçado por Carlos Jair de Oliveira Jardim, de número 97.0014241-8 da 7ª vara federal, os embargos de execução apresentados pela União, de número 2004.83.00.021913-4, tiveram decisão publicada no dia 9 de março “homologando os valores perseguidos pelos exequentes, que devem equivaler àqueles ofertados pela executada (R\$ 347.883,49), e determinando que após o trânsito em julgado se expeçam os competentes precatórios/RPV”. No último dia 14 foi remetido à Advocacia Geral da União para vistas.

Votação dos quintos é adiada novamente

Previsto para ser votado em 23 de março, o processo 013.092/2002-6, de reexame da decisão sobre a incorporação dos quintos, foi novamente retirado da pauta de votação do Tribunal de Contas da União. A matéria havia recebido pedido de vistas do Procurador-Geral do TCU, Lucas Rocha Furtado, em 2 de março. As informações são da Sessão Ordinária do Plenário.

Representantes da Fenajufe continuam na batalha pela aprovação e entregaram um memorial a vários ministros contendo as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal, o parecer do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, e as decisões judiciais favoráveis aos quintos. A matéria pode voltar à pauta a qualquer momento.

Andamento dos quintos

- » **JF: 2002.83.00.014402-0 (9ª Vara Federal)**
Processo incluído para análise no último dia 22.
- » **TRT: 2002.83.00.014403-1 (6ª Vara Federal)**
Proferido despacho de apresentação de contra-razões.
- » **TRF: 2002.83.00.014404-3 (12ª Vara Federal)**
Está na secretaria para expedir mandado.
- » **TRE: 2002.83.00.014405-5 (6ª Vara Federal)**
Proferido despacho de apresentação de contra-razões.
Remetido à AGU para vista no último dia 18.

curtas e justas

Vitória contra o nepotismo em Goiás

Em Goiás, os servidores comemoram uma vitória: a Justiça Federal proibiu o nepotismo na Justiça Eleitoral, por meio da sentença em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal. Há outra ação tramitando na JF para afastar parentes de juízes já em exercício.

Fica, assim, proibido nomear ou designar cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive, de

magistrado eleitoral para cargos em comissão e funções comissionadas do quadro de pessoal da Justiça Eleitoral, tanto no tribunal como nos cartórios e zonas eleitorais.

Os autores da ação se basearam em três inquéritos civis iniciados a partir de representação do Sinjufego, em 2001, em que se constatou o nepotismo. Agora, haverá multa pessoal diária no valor de R\$ 30 mil para a presidência do TRE no caso de

Nova ação de incorporação dos quintos

Quem exerceu função comissionada ou cargo em comissão no período de abril de 1998 a setembro de 2001 e deseja ingressar na Justiça com ação para incorporação de quintos, deve se sindicalizar até 15 de abril, **impreterivelmente**. A nova ação foi divulgada no final do ano passado e aprovada na assembléia geral ocorrida em 23 de fevereiro.

descumprimento da sentença.

Já em Pernambuco, a ação popular contra o nepotismo de número 93.0006610-2, da 10ª vara, impetrada por Joaquim

Arcoverde, então presidente do Sintrajuf/PE, e outros, em 1993, até hoje aguarda julgamento. São 12 anos de espera sem qualquer solução.

ronda sindical

Injustiça

Depois de quase doze anos na Vara de São Lourenço da Mata, exercendo as funções de protocolo, auxiliar de juiz, assistente de diretor e assistente de juiz, o funcionário Marcos Francisco do Nascimento foi exonerado da função e transferido para outra vara.

Tomou conhecimento do ato no dia em que o mesmo foi publicado no Diário Oficial, tendo sido informado em sua residência, por meio de um telefonema, pois estava em gozo de férias. Para o seu lugar foi nomeada uma pessoa requisitada de outra esfera. O colega Elias Terto, que questionou a decisão, também foi transferido imediatamente.

Isso mostra que, independentemente de qualquer coisa, a função comissionada não é garantida a ninguém e pode ser retirada a qualquer momento. Por isso, no novo Plano de Cargos e Salários, os servidores do Judiciário Federal estão requerendo critérios para ocupação de função comissionada.

A ausência de normativos que estabeleçam critérios objetivos, no entanto, não impede que, no mínimo,

o servidor seja informado da exoneração com bastante antecedência para poder organizar seu orçamento.

Outra questão importante diz respeito à requisição de pessoal no TRT, pois, há alguns anos, houve uma valorização do preenchimento de vagas por funcionários do quadro em detrimento dos requisitados. Esperamos que aquela política seja mantida pelo tribunal.

Surpresa

Surpreendentemente, deparamos com o ato TRT-GP 019/2005, de 11 de janeiro, publicado no Diário Oficial da União no dia 14 do mesmo mês, exonerando do cargo de Diretora do Serviço de Imprensa e Divulgação a servidora Maria Alice Amorim, a pedido. Alice, apesar da mudança na administração do TRT, havia aceitado o convite de permanecer no cargo durante a atual gestão.

Não podemos esquecer os acontecimentos que antecederam tal ato. No dia 5 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal veiculou em seu site a notícia de que o Procurador Geral da República havia entrado com uma



Charge: Getty Images Royalty Free

reclamação contra a decisão do Pleno do TRT 6ª Região que autorizava o pagamento da correção monetária do abono pecuniário aos juízes.

A assessoria de comunicação incluiu a matéria na página do TRT, por determinação da presidência. No dia 7, a matéria foi retirada do ar por determinação da nova administração. Nesse mesmo dia, durante a solenidade de posse, em um dos discursos proferidos, houve a cobrança incisiva para que o tribunal apurasse e punisse exemplarmente o responsável

pela veiculação da matéria. O ato do tribunal não demorou mais que 48 horas.

Tal atitude, mesmo que não tenha ligação com os acontecimentos anteriores, soa contraditória com o discurso, aplaudido de pé, de maior aproximação entre a administração do tribunal e os representantes dos servidores feito pela presidente do TRT. Esperamos sinceramente que essa decisão seja reavaliada e que haja uma política de pessoal de incentivo à motivação dos servidores, em vez da repressão pura e simples.



expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | **Diagramação:** Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | **Redação:** Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | **Fone:** (81) 3421.2608 | **Fax:** (81) 3221.3488 | **Site:** www.sintrajufpe.org.br | **E-mail:** sind@sintrajufpe.org.br | **Tiragem:** 2500 exemplares | **Impressão:** MXM Gráfica | **Diretoria:** Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Elvson Cardoso (diretor de formação sindical), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)



troca-troca

De: PE (TRT) | **Para:** PB (TRT)
Nome: Marlene Grangeiro Toscano da Silva
Cargo: analista judiciária
Telefone: (81) 3433-0132

De: DF (STJ) | **Para:** PB ou PE
Nome: Wagner Albuquerque Menezes Silva
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (61) 8149-5778 e 319-9361

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Por melhores condições de segurança na Justiça Federal

No último dia 15, por volta das 19h, uma estagiária da Justiça Federal foi vítima de um assalto e atingida por uma bala, ao esperar um ônibus na parada próxima ao foro. Tal fato trouxe à tona o problema da falta de segurança nos arredores do prédio onde funciona a Justiça Federal, colocando em risco a vida de usuários, advogados, servidores, prestadores de serviço, estagiários e menores aprendizes, ora pelo risco de assaltos, em razão de o local ser mal iluminado e isolado, ora pelo risco de atropelamento, por se tratar de um trecho urbano da BR-101.

O Sintrajuf, diante da gravidade da situação, solicitou uma reunião com o diretor do foro, o juiz federal Frederico José Pinto de Azevedo. No dia 17, o sindicato, representado pela presidente Kátia Saraiva e pelos diretores Isaac Oliveira e Benedito Moura, acompanhados do servidor Abnilson Vilar de Santana, foi recebido imediatamente pelo diretor do foro e pela diretora da secretaria administrativa, Anna Izabel Furtado de Miranda.

Na ocasião, o sindicato requereu providências urgentes para preservar a integridade física dos servidores e demais trabalhadores e frequentadores da Justiça Federal. A administração foi bastante receptiva aos pedidos e informou que as providências iniciais relativas a instalação de lombada para redução da velocidade dos veículos, policiamento e iluminação da

área já estão sendo tomadas. Também declarou seu empenho para atender às demais solicitações, a fim de proporcionar segurança a todos.

No mesmo dia, o sindicato realizou uma reunião com os servidores, em que expôs a conversa que teve com o diretor do foro e a diretora da secretaria administrativa. Foram colhidas sugestões dos servidores, dentre as quais se deliberou divulgar o ocorrido até serem efetivadas as medidas já anunciadas pela administração. Outra medida já anunciada há algum tempo pela Justiça Federal é a transferência dos juizados especiais para o centro da cidade, uma vez que eles são os mais frequentados pela população e que essa mudança facilitaria o acesso à Justiça Federal.

Na contramão, surdo aos apelos do Sintrajuf/PE, da Associação de Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho (Astra), a administração do Tribunal Regional do Trabalho está decidida a transferir as varas para o prédio da extinta Sudene, local de acesso mais restrito. Vamos ficar atentos às medidas a serem tomadas pela administração daquele tribunal para melhorar o acesso e a segurança na área.



Fotos: Arquivo Sintrajuf



JUSTIÇA FEDERAL Diretoria do sindicato debate condições de segurança